CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

O HOJE(19/11)



Principais problemas são acúmulo irregular de cargos

TCE-GO detecta 1.780 indícios de irregularidades

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), por meio da Gerência de Controle de Atos de Pessoal, detectou 1.780 indícios robustos de irregularidades nas folhas de pagamento da Secretaria da Educação, Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), Universidade Estadual de Goiás, Secretaria de Esporte e Lazer e Secretaria de Cultura, todos sob relatoria do conselheiro Saulo Mesquita, vice-presidente do TCE-GO.

Os achados foram encontrados na folha de setembro de 2018. Os principais problemas observados foram acúmulo irregular de cargos (851), quando servidor público tem mais de um cargo na administração pública sem a devida previsão legal; e descumprimento de jornada de trabalho (691 indícios).

Também foram encontrados 233 indícios de auxílio alimentação pagos em duplicidade, servidores autorizados a ter mais de um emprego público (como professores e profissionais de saúde) só podem receber um auxílio alimentação; dois indícios de servidor falecido recebendo remuneração; e três servidores com mais de 75 anos ainda na ativa (a aposentadoria de servidores públicos é compulsória após esta idade). Os órgãos foram notificados das irregularidades e, por um meio de um novo sistema eletrônico, poderão esclarecer os pontos levantados.

Gerente de Controle de Atos de Pessoal, Sérvio Túlio Teixeira explica que o resultado é fruto de parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU) e órgãos de controle externo estaduais e municipais, incluindo o TCE-GO, para realizar cruzamento de dados das folhas de pagamentos dos órgãos da administração pública da União, estados e municípios, com outras bases de dados, o que permite maior agilidade na apuração dos indícios.

OPÇÃO(18/11)

TCE aponta indícios de irregularidades em folhas de 2018 do Estado

novembro 18, 2019 7:07

Levantamento é referente aos dados de setembro do ano passado. Indícios de acúmulo de cargo e descumprimento de jornada de trabalho estão entre as notificações

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) divulgou nesta segunda-feira, 18, a detecção de 1.780 indícios de irregularidades na folhas de pagamento da Secretaria da Educação, AGR, Universidade Estadual de Goiás e Secretarias Cultura e de Esporte e Lazer. A análise é referente à folha de setembro de 2018.

Entre as possíveis irregularidades observadas está acúmulo irregular de cargos, com 851 indícios, descumprimento de jornada de trabalho com 691 e 233 indícios de auxílio alimentação pagos em duplicidade, além de três servidores com mais de 75 anos ainda na ativa, detalha o TCE.

Conforme publicou o tribunal, para chegar aos resultados foi utilizado cruzamento de dados das folhas de pagamentos dos órgãos da administração pública da União, Estados e municípios com outras bases de dados, como os da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que traz informes sobre trabalhadores da iniciativa privada.

O cruzamento a nível nacional encontrou total de 3.661 indícios, mas após trabalho de apuração do TCE, 1881 indícios foram descartados. O restante do indícios resultou em notificações para os órgãos, que poderão esclarecer as possíveis irregularidade via sistema eletrônico.

Em nota a Secretaria de Estado da Administração (Sead) se pronunciou:

A atual gestão do Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Administração, informa que sempre prezou pela transparência e pelo bom uso dos recursos públicos e, que, em função disso, tem realizado auditorias permanentes na folha de servidores do Estado, uma vez que desde o início do ano já havia detectado incompatibilidades de informações herdadas dos governos passados.

A administração tem investido em aparato tecnológico e na parametrização do sistema responsável pela folha de servidores, possibilitando o cruzamento de dados e eliminação de distorções. Só no primeiro semestre, com as ações desenvolvidas para corrigir as falhas encontradas na folha dos servidores, como auditoria mensal de óbitos e otimização do processo de conferências das diferenças salariais, por exemplo, o governo atingiu uma economia superior a R$ 95 milhões no exercício de 2019, em parte que vinham sendo pagos indevidamente.

Em relação à UEG, informamos que o TCE enviou à Universidade, no início de novembro, alguns indícios de irregularidades obtidos por meio do Sistema e-Pessoal em relação à gestão de 2018. Os indícios estão sendo averiguados e, assim que finalizadas as investigações, serão repassadas ao Tribunal. Importante lembrar que as mesmas irregularidades já haviam sido detectadas ainda no início do ano, por meio da Controladoria-Geral do Estado, em relação aos recursos provenientes do Pronatec. As irregularidades levaram à renúncia do então reitor Haroldo Reimer, que estaria envolvido pessoalmente nos desvios.

A Secretaria de Estado da Educação também realiza avaliação minuciosa na folha de pagamento, já tendo encontrado inconsistências herdadas da gestão anterior. São casos de servidores que mudaram de estado, estavam de licença, ou mesmo que se aposentaram, mas que continuaram recebendo salário como se estivessem trabalhando são algumas das inconsistências, conforme já divulgado anteriormente pela pasta, incluindo servidores de pastas que estavam vinculadas à Seduc na gestão passada, como Esporte e Lazer.

Por fim, na gestão anterior, a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR) contava com um quadro de aproximadamente 300 servidores. Como medida de contenção de gastos, a administração atual reduziu o número de colaboradores para 177. Parte das ações para identificar possíveis irregularidades na folha de servidores incluiu a implantação do Compliance Público na pasta.

A auditoria é uma determinação de ainda do início do ano por parte do Ronaldo Caiado para identificar os problemas herdados em todas as pastas das gestões anteriores.

O Jornal Opção entrou em contato com a UEG, que respondeu que a nota da Sead a contemplava. Já as tentativas de contato com o ex-presidente da AGR em exercício em setembro de 2018, Ridoval Chiareloto, não foram bem-sucedidas. O ex-secretário da Educação em exercício na época, Flávio Peixoto, também não foi encontrado.

Com informações do TCE-GO

DIÁRIO DA MANHÃ (19/11)

Governo Eliton: TCE detecta 1.800 indícios de irregularidades em folhas

As fraudes foram encontradas na folha de setembro de 2018 da Seduce, Esporte, Cultura, AGR e UEG. Os principais problemas observados foram acúmulo irregular de cargos (851) e descumprimento de jornada de trabalho

ALGUNS NÚMEROS

- 851 indícios de acúmulo irregular
- 691 indícios de descumprimento de jornada de trabalho
- 233 indícios de auxílio alimentação pagos em duplicidade
- 3 indícios de servidor ativo com mais de 75 anos
- 2 indícios de servidor falecido recebendo remuneração
- Valor de Recursos Fiscalizados (VRF): R$ 4.685,894,13, tendo como referência aos indícios de irregularidades na folha de pagamento de setembro de 2018.

IMPRENSA/TCE

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), por meio da Gerência de Controle de Atos de Pessoal, detectou 1.780 indícios robustos de irregularidades nas folhas de pagamento da Secretaria da Educação, Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), Universidade Estadual de Goiás, Secretaria de Esporte e Lazer e Secretaria de Cultura, todos sob relatoria do conselheiro Saulo Mesquita, vice-presidente do TCE-GO durante o governo José Eliton (PSDB).

Os achados foram encontrados na folha de setembro de 2018. Os principais problemas observados foram acúmulo irregular de cargos (851), quando servidor público tem mais de um cargo na administração pública sem a devida previsão legal; e descumprimento de jornada de trabalho (691 indícios).

Também foram encontrados 233 indícios de auxílio alimentação pagos em duplicidade, servidores autorizados a ter mais de um emprego público (como professores e profissionais de saúde) só podem receber um auxílio alimentação; dois indícios de servidor falecido recebendo remuneração; e três servidores com mais de 75 anos ainda na ativa (a aposentadoria de servidores públicos é compulsória após esta idade). Os órgãos foram notificados das irregularidades e, por um meio de um novo sistema eletrônico, poderão esclarecer os pontos levantados.

Gerente de Controle de Atos de Pessoal, Sérvio Túlio Teixeira explica que o resultado é fruto de parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU) e órgãos de controle externo estaduais e municipais, incluindo o TCE-GO, para realizar cruzamento de dados das folhas de pagamentos dos órgãos da administração pública da União, estados e municípios, com outras bases de dados, como os da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que traz informes sobre trabalhadores da iniciativa privada, entre outras.

O cruzamento de dados resultou, incialmente, em 3.661 indícios. Após rigoroso trabalho de apuração realizado pelo Tribunal, mais da metade (1881) dos indícios foram descartados por terem sido identificados como regulares.

Depois desse primeiro filtro, os órgãos foram contatados sobre os achados e deverão apresentar esclarecimentos por meio de uma plataforma eletrônica. "Tanto o cruzamento de dados, quanto a possibilidade de os jurisdicionados responderam por meio eletrônico são inovações. E tornam o trabalho de fiscalização mais assertivo e o contato com os jurisdicionados mais simples e ágil", afirma Sérvio Túlio.

DIÁRIO DA MANHÃ (19/11)

PACTO FEDERATIVO

Alego e prefeitos vão pressionar contra extinção de municípios

PEC enviada pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso Nacional acaba com municípios com menos de 5 mil habitantes e cuja arrecadação não atinja 10% da receira; em Goiás seriam extintos 92

HELTON LENINE

Numa iniciativa da Assembleia Legislativa, foi promovida, ontem, uma reunião para se discutir a Proposta de Emenda Constitucional, que tramita no Senado e que trata de mudanças no Pacto Federativo. Uma das sugestões é a extinção de municípios com menos de 5 mil habitantes e cuja arrecadação não atinja 10% da receita. Só em Goiás seriam extintos 92 municípios.

Participaram deputados federais e estaduais, prefeitos, vereadores e representantes da Associação Goiana de Municípios, Federação Goiana de Municípios e da Uvego.

Quase a totalidade dos participantes se posicionou contra a proposta e muitos a consideraram "absurda". O deputado Federal Rubens Otoni (PT) disse que o assunto provocou surpresa no Congresso Nacional por seu conteúdo ser considerado "totalmente fora da lógica".

Já o deputado federal Elias Vaz (PSB) disse não ver "a mínima chance da proposta ser aprovada, mas os prefeitos devem estar atentos e mobilizados para demonstrar sua indignação".

O grande questionamento é se com a extinção os problemas estarão solucionados? Todos os participantes da reunião acreditam que não e vêm outras soluções. Uma delas é a aplicação de uma política de redução de gastos em todos poderes públicos. Também apresentadas sugestões para se reduzir o número de vereadores e até mesmo o corte de salários para o vice-prefeito e a promoção de políticas especiais de desenvolvimento dos pequenos municípios com o incentivo de instalação de novas empresas.



Lissauer Vieira, deputados e prefeitos: movimento contra extinção de municípios

Afirmam os prefeitos que essa proposta não atende nem os pequenos municípios que deverão ser extintos, nem os municípios grandes que vão absolvê-los os extintos. A argumentação é a de que "as receitas fiscais não vão compensar as perdas sociais".

O presidente da AGM, Paulo Sérgio (Paulinho), defendeu uma grande mobilização, envolvendo todos municípios, para evitar a aprovação dessa proposta. "Não vai resolver o problema nem de um e nem de outro. O correto é um pacto federativo com uma distribuição justa dos recursos, hoje centralizados nas mãos da União, e o apoio aos pequenos municípios para que eles possam se desenvolver e obter sua autonomia financeira. Extinção não é a solução", salientou.

Já o vice-presidente da FGM, José de Sousa Cunha, defendeu uma mobilização de todos os municípios goianos, pequenos e grandes, para evitar a aprovação da matéria. "Se for preciso vamos marchar à Brasília e externar nosso descontentamento aos congressistas".

No final da reunião o presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, deputado Lissauer Vieira (PSB), anunciou a criação de uma comissão especial a ser integrada por deputados estaduais e representantes da AGM, FGM e Uvego, a qual terá a incumbência de elaborar uma carta contendo a posição goiana e que será entregue a bancada federal de Goiás no Congresso Nacional solicitando a rejeição da PEC do Pacto Federativo relativa à extinção de municípios.

DIÁRIO DA MANHÃ (19/11)

Parque Estadual do João Leite recebe 250 mil mudas para reflorestamento

Governo de Goiás inicia reflorestamento de mais de 151 hectares no parque. Ação integra plano de compensação ambiental promovido pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), em parceria com a Concessionária BR-040

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), iniciou, no último dia 13 de novembro, o reflorestamento de mais de 151 hectares no Parque Estadual do João Leite (PEJoL). A ação de reposição nativa integra o plano de compensação ambiental da Via 040 por conta das obras realizadas pela empresa no trecho goiano da Rodovia BR-040.

Segundo o projeto, monitorado pela Superintendência de Unidades de Conservação e Regularização Ambiental da Semad, são mais de 250 mil mudas de plantas típicas da região, além de tratos culturais necessários como controle de formigas, coroamento, irrigação, proteção contra incêndios, entre outros, por um período mínimo de 3 anos.



No reflorestamento de mais de 151 hectares no Parque Estadual do João Leite são mais de 250 mil mudas de plantas típicas da região, além de tratos culturais necessários como controle de formigas, coroamento, irrigação e proteção contra incêndios por um período mínimo de 3 anos

Segundo a secretária Andréa Vulcanis, a compensação é um instrumento importante da gestão ambiental na relação entre Estado e iniciativa privada. "O Governo de Goiás tem sido muito eficaz na negociação destas compensações, que além da ação em si, de recuperação de áreas degradadas, ainda promove uma maior integração das empresas com a gestão ambiental, com maior participação, interesse e trabalho conjunto", afirma.

A titular da Semad lembra que a unidade de conservação sofreu um incêndio criminoso de grandes proporções no último mês de setembro e já havia sofrido com uma grande queimada em 2018. "Dentro deste cenário, o local necessitava de uma ação emergencial para recompor a vegetação que foi destruída pelo fogo e de novas intervenções para a manutenção deste plantio e da prevenção de novos incêndios", explica Andréa Vulcani.

Criado em 2014, o Parque Estadual do João Leite tem aproximadamente 2,8 mil hectares e, juntamente com o Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco, forma uma importante área de proteção do Reservatório do Ribeirão João Leite, que abastece boa parte da região metropolitana de Goiânia.

DIÁRIO DA MANHÃ (19/11)

Enel multada em R$ 62 milhões por não cumprir plano de metas

Governador Ronaldo Caiado volta a criticar a qualidade do serviço prestado pela companhia, que não cumpre o plano de medidas que foi acordado para atender os consumidores goianos e tem causado prejuízos em todo o Estado por conta da falta de energia elétrica





Sede da Enel Distribuidora de Energia

Helton Lenine

O Governo de Goiás, através da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), multou a Distribuidora de Energia Enel Goiás em R$ 62.115.208,17, a maior multa já aplicada à empresa, em função da prestação inadequada de serviços aos cidadãos goianos. De acordo com a fiscalização realizada pelos técnicos da Agência, a Enel deixa a desejar quanto à qualidade do atendimento comercial especificamente sobre os temas alteração de titularidade, atendimento ao consumidor, faturamento de energia elétrica, devolução de valores por antecipação de obras e cumprimento dos prazos de pedidos de ligações prestados pela empresa.

O auto de infração número 0004/2019-AGR/SFE, emitido no último dia 15 de novembro, foi entregue na tarde de ontem (18/11) à diretoria da Enel Goiás, em Goiânia. Apenas este ano, a Distribuidora já recebeu duas outras multas, que somadas totalizam o valor de R$ 13.469.145,34.

A empresa tem o prazo de 10 dias para recorrer do auto de infração, que será julgado pelo Conselho da AGR, e em última instância, pela diretoria da Aneel, que, se for o caso, definirá o prazo final de quitação da multa. Os recursos das multas são revertidos para a Conta de Desenvolvimento Energético e são aplicados em programas do Governo Federal, dentro do Sistema Elétrico.

A ação fiscalizadora da qualidade do atendimento comercial, assim como a ação fiscalizadora qualidade técnica, em fase de análise de dados para emissão do relatório de fiscalização, da Enel Goiás foram determinadas pela diretoria da Aneel após o encerramento antecipado do segundo ciclo do Plano de Resultados da Distribuidora (2017-2019), que encerraria em agosto de 2019, devido à conclusão de que o mesmo não alcançaria as metas nele estabelecidas.

Devido a grave crise na prestação dos serviços pela Enel Goiás e o encerramento precoce do Plano de Resultados, a Aneel determinou a elaboração de um Plano Emergencial de Resgate da Qualidade do serviço prestado no Estado de Goiás, que está em curso, contemplando ações prioritárias para melhoria dos indicadores de continuidade de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e da Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), redução do passivo de ligações rurais, redução da demanda reprimida de novos pedidos de ligação e ações que visem a melhoria do atendimento e a consequente redução de reclamações dos consumidores da Distribuidora.

Conforme definido pela Aneel, o Plano Emergencial da Enel passará por duas avaliações, uma em dezembro de 2019 e a última em agosto de 2020. A análise a ser realizada, pela Agência Nacional do cumprimento do Plano Emergencial poderá resultar, em caso de descumprimento dos termos estabelecidos, na instauração de processos previstos na Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, que poderá, em caso extremo, culminar com a perda da concessão.

Este ano, a Ouvidoria da AGR contabiliza 133.110 contatos de consumidores da Enel Goiás. Esse número representa 14,48% do total de 919.047 contatos dos consumidores de energia elétrica no Brasil. Apenas duas distribuidoras de energia já ultrapassam o número de cem mil reclamações: a Enel São Paulo e a Enel Goiás. A maioria das queixas dos goianos, registradas na Ouvidoria da AGR e na Aneel, refere-se a falta de energia (29,41%), devolução de valores por antecipação de obras (18,76%), variação de consumo/consumo elevado/erro de leitura (11,87%), ligação (5,47%) e qualidade de serviços (4,42%).

Governador volta a criticar qualidade do serviço prestado pela companhia

O governador Ronaldo Caiado voltou, mais uma vez, a criticar a qualidade do serviço prestado pela Enel, que não cumpre o plano de medidas que foi acordado para atender os consumidores goianos e tem causado prejuízos em todo o Estado por conta da falta de energia. O governador destacou que vai "enfrentar o problema de frente". "Vocês podem ter certeza, nós estamos aqui é para defender o Estado de Goiás", afirmou. As queixas também partiram de deputados estaduais na Assembleia Legislativa, que compararam a empresa a um câncer.

O sentimento de má prestação de serviço da Enel é geral. Até outubro de 2019, o Procon Goiás registrou aumento de quase 50% no número de reclamações contra a empresa. De acordo com Caiado, todos estão sofrendo com o problema. "É o produtor rural, o cidadão urbano, empresas pequenas, de médio e grande porte. Todo mundo está sofrendo duramente", lembrou o governador. "A falta de energia é generalizada. Todo mundo está jogando mercadoria fora", completou.

Por conta dessa situação, o chefe do Executivo disse que pediu ajuda ao presidente Jair Bolsonaro, já que o setor elétrico é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). "Já esgotou todo e qualquer tipo de negociação do Estado com a Enel. Não tem mais como mantermos essa situação. Eles assinaram um documento conosco, com a presença do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Todos os diretores de alto escalão da América Latina falando pela empresa e depois nada acontece. O processo agravou ainda mais do que era", protestou.

O governador se refere ao plano de investimento e acordo que foi assinado em agosto deste ano, em que Enel se comprometeu a ampliar a capacidade da rede e distribuição de energia. Uma das principais ações da Enel, de curto prazo, previa a liberação de carga e possibilidade de novas ligações sem a troca de transformadores. Além disso, o documento estabeleceu a construção e ampliação de várias subestações de energia por todo o Estado. Mas, até agora o que se vê são reclamações de todos os lados. A falta de energia em alguns casos ultrapassa o prazo de uma semana, provocado prejuízo para produtores, consumidores em geral e empresários.

Um dos danos que podem ocorrer por conta da inércia da Enel, ressaltou Caiado, é com relação a vacinação contra a febre aftosa. Isso porque se as doses não forem mantidas em temperatura ideal, a imunização do rebanho não surte efeito, por conta da qualidade da vacina. "Veja bem o risco que corremos, a maneira irresponsável com que a energia elétrica está sendo tratada. Nós vamos enfrentar esse problema de frente. Vocês podem ter certeza: nós estamos aqui é para defender o Estado de Goiás", sublinhou Ronaldo Caiado.

DIÁRIO DA MANHÃ (19/11)

Procurador pede ao TCU para proibir BNDES de liberar novos recursos a estados e municípios

G1

O procurador do Ministério Público que atua no Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado, pediu ao tribunal para proibir o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de liberar novos recursos a estados e municípios para financiamento de obras.

Esses empréstimos são feitos com o aval da União, que pode ser obrigada a cobrir a dívida em caso de inadimplência do estado ou do município.

O pedido foi feito no momento em que a prefeitura do Rio de Janeiro sofreu bloqueio no repasse da participação da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), arrecadados pelo governo do Rio.

O bloqueio foi motivado pelo fato de a prefeitura ter deixado de pagar parcelas de um empréstimo feito junto ao BNDES durante a gestão de Eduardo Paes. O empréstimo serviu para financiar obras de infraestrutura voltadas à Olimpíada de 2016.

O bloqueio na participação no IPVA e no ICMS ocorre porque a prefeitura deu esses recursos como garantia no empréstimo. Sem os repasses, porém, a prefeitura pode atrasar o pagamento de outras contas, entre as quais o 13º salário de funcionários municipais.

Na representação enviada ao TCU, o procurador ressaltou que a União é avalista dos empréstimos feitos pelo BNDES à prefeitura do Rio e que pode ser acionada pelo banco para cobrir o calote.

IMPACTO

No pedido feito ao TCU, Lucas Furtado também destacou que outros empréstimos para estados e municípios foram concedidos pelo Bndes com o aval da União e, por isso, pede ao TCU que verifique a inadimplência existente nessas operações.

Diante do impacto que a inadimplência nesses empréstimos pode ter nas contas do governo federal, Furtado pede que o tribunal determine, cautelarmente, a suspensão da liberação de novos recursos pelo Bndes para estados e municípios.

DIÁRIO DA MANHÃ (19/11)

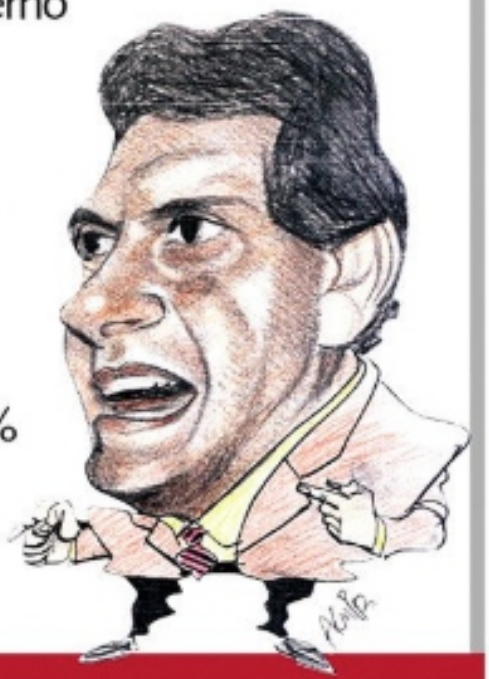


Fio Direto

SUELY ARANTES

Governo lança site e campanha sobre Reforma da Previdência

O Governador Ronaldo Caiado (DEM) entende que a população tem o direito de saber a realidade da Previdência Estadual e a verdade sobre as contas do Estado. Com esse objetivo, lança a campanha e o site direitodesaber.go.gov.br, para que todos tenham acesso às informações sobre a atual situação previdenciária do Estado. Neste domingo à noite começa a veicular o primeiro vídeo da ação. Nele, é informado que a cada R$ 100 do Estado, R$ 87 vão para o pagamento da folha salarial, R$ 12 para precatórios e dívidas e sobra apenas R$ 1 para investimentos em saúde, educação e segurança. Sem a Reforma da Previdência essa situação só piora, não haverá recursos suficientes para investimentos em serviços essenciais para a sociedade. Com transparência, o Governo de Goiás vai mostrar onde está sendo gasto o dinheiro público e os goianos poderão compreender que a conta não fecha. Sem reforma, o futuro está comprometido, e todos têm o direito de saber a realidade. Nos últimos 15 anos, o crescimento de despesa com folha de pessoal chegou a quase 500% e, se nada for feito, em 10 anos, o déficit que hoje é de R$ 2,9 bilhões pode saltar para R$ 5,9 bilhões.



O POPULAR (19/11)

GIRO



Caio Henrique Salgado
caio.salgado@opopular.com.br

Assembleia vai propor encampação da Enel

O presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), apresentará hoje, ao lado do líder do Governo, Bruno Peixoto (MDB), um projeto de lei que trata da encampação da Enel. Baseada em argumentos de que a concessionária não cumpre o contrato de distribuição de energia, a proposta prevê que o Estado assuma a gestão da empresa. "Ao longo do tempo, a Assembleia, a CPI e o governo tentaram uma negociação no sentido de melhorar o serviço da Enel em Goiás e nada foi feito. Não dá mais. Não temos outra saída", argumenta Lissauer, citando que "ninguém vai ser contra" e a proposta deverá ser aprovada sem obstáculos na Casa. "O governo vai assumir e tomar conta até que a Justiça decida", continua. A tentativa de encampar a Enel vem na esteira do endurecimento da postura de Ronaldo Caiado (DEM) em relação à empresa italiana, iniciado na semana passada. A coluna apurou que o governador é fiador da medida, mas estudos jurídicos apontaram que ela só poderia ser levada adiante a partir de iniciativa parlamentar.

OPÇÃO (18/11)

Retomada

Novas vagas para o Bolsa Universitária serão abertas em abril de 2020

novembro 18, 2019 5:24 ··· Por Luiz Phillipe Araújo ···

Programa não terá processo seletivo neste ano e justifica dívida de R$ 76 milhões deixada pelo governo passado



Fachada da OVG | Foto: Divulgação

Paralisado em 2019, o programa Bolsa Universitária – OVG abrirá novas vagas a partir de abril do próximo ano e não haverá processo seletivo neste ano, como era de costume. A informação do Governo Estadual culpa a gestão anterior por dívida de R$ 76 milhões no programa da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), o que teria implicado em bloqueio para novas vagas.

A OVG informa que, apesar da não disposição de bolsas neste ano, nenhum estudante já contemplado pelo programa perderá o benefício e afirma que a atual gestão do governo está em dia com a Instituições de Ensino Superior (IES) parceiras da iniciativa.

Leia nota na íntegra:

> *A dívida de R$ 76 milhões deixada pelo governo passado inviabilizou a realização de processo seletivo para o Programa Bolsa Universitária em 2019. A previsão é de que Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) abra novas vagas para a Bolsa Universitária em abril de 2020.*
>
> *A OVG informa também que nenhum contemplado pelo Programa perdeu o benefício em decorrência da dívida herdada do governo anterior e que a atual gestão está em dia com as Instituições de Ensino Superior (IES), parceiras da iniciativa.*

INFRAESTRUTURA

Começam as obras para novo acesso da GO-020 e GO-536 em Senador Canedo

Confira os desvios temporários

| 18.11.19 - 10:13

Tweetar Share 3



A Redação

Goiânia - Reivindicação antiga de moradores e investidores de Senador Canedo, as obras de revitalização e ampliação do trevo que liga as rodovias GO-020 e GO-536 estão em andamento. Segundo a prefeitura, máquinas da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos já estão no local, junto a técnicos para a construção.

O trabalho teve início na última semana, onde foi colocada sinalização com novas rotas enquanto houver a interdição - um prazo em torno de 30 dias. A intervenção foi possível devido ao acordo firmado entre o Ministério Público, a Prefeitura de Senador Canedo e investidores do município, junto à liberação da Goinfra para que fossem feitas as obras nas rodovias estaduais.

"Trata-se de um investimento de grande interesse do município, principalmente pela segurança de quem trafega por aqui. Desta forma a Prefeitura empenhou para que isto fosse possível", ressalta prefeito Divino Lemes, que esteve no local acompanhando os trabalhos.

Enquanto houver a interdição, novos roteiros são divulgados pela administração municipal pelas redes sociais. Assim como tem sido realizada constante fiscalização de trânsito em trechos onde estão sendo feitos os desvios, como para quem trafega no sentido Goiânia para Senador Canedo, pela GO-020, com o desvio que inicia no retorno próximo ao Condomínio Alto da Boa Vista, passando pela Avenida São Francisco, encontrando a Avenida Pedro Miranda e Avenida Alexandre Pereira de Lima, retornando para a GO-536.

Já para quem pretende sair de Senador Canedo pela GO-020, deverá seguir o mesmo trajeto. "O cuidado e respeito à sinalização deve existir, para evitarmos acidentes", finaliza o superintendente municipal de Trânsito Clayton Souza.